

Reforma trabalhista e dinamização econômica no Brasil: a crítica de uma abordagem teórica socialmente perversa e economicamente danosa

Labor reform and economic dynamism in Brazil: the critique of a socially perverse and economically harmful theoretical approach

Reforma laboral y dinamización económica en Brasil: crítica de un abordaje teórico socialmente perverso y económicamente dañino

Jorge Natal

UFRJ/UCM

Rio de Janeiro, RJ, Brasil.

jlanatal@gmail.com

RESUMO

Este artigo examina a reforma trabalhista encaminhada pelo governo (Temer), aprovada pelo Parlamento e sancionada pelo Presidente no ano de 2017. Ela foi defendida pelas forças governistas sob o seguinte e decisivo argumento: sua aprovação levaria ao aumento do emprego e, passo seguinte, da renda nacional. Mostra-se, de início, que essa assertiva está amparada na análise teórica de cunho neoclássica da chamada livre concorrência. Em seguida, recorrendo ao aporte teórico do economista inglês Keynes, evidencia-se sua tese de que o emprego e a renda seriam determinados de maneira totalmente alheia às vicissitudes do mercado do trabalho, como ocorre no modelo neoclássico supramencionado. Por fim, recorrendo ao economista polonês M. Kalecki, atesta-se teoricamente que a queda salarial subjacente à tese neoclássica em tela pode levar, inclusive, à queda do emprego e, adiante, da própria renda. Enfim constata-se, a partir do percurso teórico examinado, que a mencionada reforma trabalhista, além de socialmente perversa, sequer pode atender aos interesses empresariais, pelo estreitamento do mercado que tende a suscitar.

Palabras-chave: Reforma trabalhista; Teoria neoclássica; Teoria de Keynes; Teoria de Kalecki

ABSTRACT

This article examines the labor reform forwarded by the Government (Temer), approved by the Parliament and signed by the President of the country in the year 2017. It was defended by the Government under the following decisive argument: its approval would lead to increased employment and, therefore, to increased national income. At first, this assertion is supported by the theoretical analysis of the neoclassical nature: the so-called free competition. In the sequence, by recurring to the theoretical contribution of the English economist Keynes, it is shown that employment and income would be determined independently of the ups and downs of the labour market, as in the neoclassical model previously mentioned. Finally, by recurring to the Polish Economist M. Kalecki, it is shown that, theoretically, a wage reduction due to the neoclassical proposition may lead to the drop of the employment and, as consequence, to a decreased of the income itself. In summary, it is shown that the mentioned labour reform is not only socially perverse, but also that it cannot even meet the business interests, by the narrowing of the market that it tends to raise.

Keywords: Labour Reform; Neoclassical Theory; Keynes' Theory; Kalecki's Theory

RESUMEN

Este artículo examina la reforma laboral del gobierno (Temer), aprobada por el parlamento y sancionada por el presidente del país en el año 2017. Fue defendida por las fuerzas oficialistas bajo el siguiente y decisivo argumento: su aprobación llevaría al aumento del empleo y, como paso siguiente, de la renta nacional. Se muestra, de inicio, que esa asertiva está amparada en el análisis teórico de cuño neoclásico de la llamada libre competencia. A continuación, recurriendo al aporte teórico del economista inglés Keynes, se muestra que su tesis de que el empleo y la renta serían determinados de manera totalmente ajena a las vicisitudes del mercado del trabajo, como ocurre en el modelo neoclásico anteriormente mencionado. Por último, recurriendo al economista polaco M. Kalecki, se muestra que teóricamente puede ocurrir que la caída salarial subyacente a la tesis neoclásica en pantalla puede llevar incluso a la caída del empleo y, a continuación, de la propia renta. En fin, se muestra a partir del recorrido teórico examinado que la mencionada reforma laboral, además de socialmente perversa, puede siquiera atender a los intereses empresariales, por el estrechamiento del mercado que tiende a suscitar.

Palabras clave: reforma laboral, Teoría Neoclásica; Teoría de Keynes; Teoría de Kalecki.

APRESENTAÇÃO

O ponto de partida deste artigo é a recente reforma trabalhista (RT) encaminhada pelo presidente Michel Temer, aprovada no Parlamento brasileiro e por ele sancionada (Lei n. 13.467, de 13/07/2017); especialmente, interessa desvelar o cerne econômico do argumento brandido pelas forças políticas comprometidas com essa RT¹, a saber: que ela seria indispensável para a retomada do nível de emprego e, passo seguinte, assevera, do crescimento da renda nacional (ou Produto Interno Bruto, PIB)². Ou seja: para essas forças, a reforma trabalhista em questão possuiria extraordinárias positivities econômicas para efeito da geração da renda/riqueza nacional, especialmente sobre o chamado mundo do trabalho (neste artigo, reduzido aos seus clássicos aspectos, a saber: salário e emprego) – logo, os críticos dessa mesma RT seriam/estariam, no mínimo, equivocados.

Para a análise da démarche anterior analisar-se-á, em primeiro lugar, a base teórica, de corte neoclássico³ – aliás, pouquíssimo enunciada –, que embasa a defesa das positivities econômicas da anotada RT (seção I). Em seguida, de maneira a avançar a discussão, resgatar-se-á a contribuição teórica keynesiana⁴ a esse debate, particularmente porque ela nega que a redução do custo com a folha salarial (que claramente é o que mobiliza o empresariado do país) implique inexorável e mecanicamente nos aludidos aumentos do emprego e do crescimento econômico. Em complemento, assinala-se que, para Keynes, essas duas últimas variáveis seriam explicadas de maneira inteiramente distinta do preconizado pela Teoria Neoclássica – TN (seção II). Em terceiro lugar, recorrendo ao aporte teórico kaleckiano⁵, responder-se-á a uma pergunta crucial, a saber: Será que a anotada redução, diferentemente do enunciado pela TN, não poderia implicar na contração do emprego e no

¹ A esse respeito, são esclarecedoras as diversas falas do presidente Temer registradas pela imprensa brasileira, assim como de ministros de seu governo e, especialmente, das entidades patronais – neste último caso, além da imprensa, vide ainda portais como os da Confederação Nacional da Indústria (CNI), do Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial (IEDI) etc.

² O termo “crescimento econômico” será substituído neste artigo, por vezes, pelas categorias Renda Nacional (Y) ou Produto Interno Bruto (PIB), posto serem elas equivalentes contábeis, logo boas aproximações da dinâmica econômica. Por conseguinte, dependendo do fim analítico, elas também o são para o exame do próprio crescimento econômico, razão pela qual podem ser tomadas umas pelas outras.

³ A abordagem teórica neoclássica, “nascida” no último quartel do século XIX, tem como núcleo duro a defesa da livre concorrência e, por derivação, que assim operando suscitaria “naturalmente” o alcance de ótimos econômicos e sociais. Enfim, ela se opõe a qualquer tipo de intervenção, notadamente a do Estado – informações mais detidas sobre essa abordagem serão adicionadas na seção pertinente.

⁴ Tal teorização remete à obra de J.M. Keynes (1883-1946) e, em especial, à sua *teoria geral do emprego, dos juros e do dinheiro* (TG). Nela, ao contrário dos neoclássicos, ele defende a intervenção do Estado de sorte a evitar – melhor, tentar evitar – que a anomia e a barbárie social se potencializem, expressando assim sua profunda divergência com esses economistas acerca das referidas virtudes da chamada livre concorrência.

⁵ Tal abordagem diz respeito ao economista polonês Michal Kalecki (1899-1970). A principal contribuição a reter desse autor para o presente artigo é a que trata dos investimentos privados (secundada pelas despesas em bens de consumo capitalista) para a determinação da Y/do PIB. Logo, como se mostrará, não obstante suas diferenças conceituais e ideológicas (pelo menos na forma), tal aporte se assemelha ao de Keynes.

estreitamento do chamado mercado interno e, por conseguinte, também da lucratividade empresarial, em especial daqueles que ofertam/produzem bens de consumo típicos dos assalariados e, mediadamente, do próprio crescimento econômico? (seção III). Ao final, de maneira sucinta, serão apresentados os principais aspectos desenvolvidos no presente artigo (seção IV).

A BASE TEÓRICA NEOCLÁSSICA (NÃO EXPLICITADA) DOS DEFENSORES DA RT

Reiterando: a RT proposta e recém-aprovada foi defendida sob o argumento de que seria essencial para a retomada do emprego e, conseqüentemente, do próprio crescimento econômico. O que raramente se diz é que esse argumento segue *ipsis litteris* os encadeamentos lógicos da elaboração neoclássica (como se mostrará). Vale mencionar neste ponto que, lamentavelmente, tais encadeamentos e suas anunciadas conseqüências se afiguram verazes para muitos⁶ e, claro, para os economistas neoclássicos ideologicamente convictos dessas supostas verdades. Não obstante, cabe sublinhar, esse conjunto de apontamentos nunca foi assimilado pelo pensamento social crítico, inclusive o burguês, como é o caso do maior economista do século XX, John Maynard Keynes...

Ao postular a centralidade das virtudes do chamado livre mercado, desde seu surgimento e no que trata dos aspectos mais de fundo, a TN sempre pretendeu se colocar enquanto “o repto por excelência” da doutrina marxista, posto assentar sua análise e propostas no chamado individualismo metodológico (e não nas classes sociais, como ocorre na referida doutrina), bem como apresentar sua formulação em termos formal-matemáticos, procurando aproximar a então nomeada Ciência Econômica dos rigores científicos da Física e da Biologia, à época em franco desenvolvimento. Ou seja, buscava-se afirmar ali que a Economia poderia finalmente, com esse duplo procedimento metodológico, livrar-se dos “indevidos” juízos de valor (o que não ocorreria, segundo ela, com a supramencionada doutrina, que seria apenas ideológica).

Independentemente do entendimento que se possa ter dessa *démarche* (aqui deixada de lado...) na defesa das virtudes do chamado mercado, lugar e instituição crucial dessa “modelagem”, logo são apontadas duas curvas (ou retas): uma, de demanda – em regra negativamente inclinada; e, a outra, de oferta – também, em regra, positivamente inclinada. Tais curvas se cruzariam no espaço cartesiano bidimensional, definido pela variável preço, situada na ordenada (eixo vertical), e pela variável quantidade, situada na abscissa (eixo horizontal), daí derivando os preços e as quantidades de

⁶ Tal fato sempre chama atenção do analista crítico, pois esse entende que as maiorias populacionais tendem a opinar com base no chamado senso comum; ou seja, que elas o fazem com base em sua apreensão da ambiência na qual interagem direta e imediatamente.

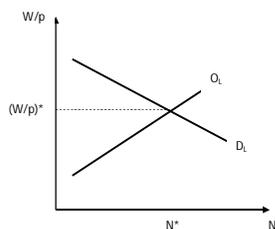
equilíbrio dos bens e serviços transacionados. Em verdade, haveria tantos pontos de equilíbrio (logo, preços e quantidades de equilíbrio) quantos fossem os bens e serviços existentes na economia no “momento” considerado (o do encontro das duas curvas).

Adendo importante para a análise que segue: o mesmo valeria para os chamados fatores de produção, capital, trabalho e terra, e seus respectivos preços de equilíbrio de pleno emprego, na medida em que, assim como no caso dos bens e serviços, esses também seriam inteiramente definidos no mercado; a saber, lucro, salário e renda da terra (respectivamente) – são triviais, também, as respectivas quantidades de equilíbrio transacionadas de cada um dos fatores envolvidos.

Mais: numa economia de livre mercado – conforme o léxico e os pressupostos neoclássicos –, na qual nenhum agente econômico, no caso, os proprietários dos fatores de produção, possuiria qualquer poder especial, o pleno-emprego seria inexorável. Dizendo de maneira diversa: em uma “estrutura” como essa, os “preços justos”⁷ de equilíbrio “limpariam” o mercado, eliminando a possibilidade de “sobras” (excedentes) ou “faltas” (escassez) de bens e serviços, e de fatores. Afinal, seguindo essa modelagem e sua lógica, dado que os agentes econômicos seriam plenamente racionais (um dos pressupostos da modelagem da TN), todos eles seriam comprados/vendidos e, no caso dos fatores, ocupados.

Isto posto, sendo OL a curva de oferta de fator trabalho, DL a demanda de fator de trabalho, N o volume de emprego (e N^* o nível de emprego de pleno emprego), W/p o salário real (e $(W/p)^*$ o salário real de pleno emprego)⁸, tem-se:

GRÁFICO I - OFERTA E DEMANDA DE/PELO FATOR TRABALHO EM LIVRE CONCORRÊNCIA – com seu preço e quantidade de equilíbrio –

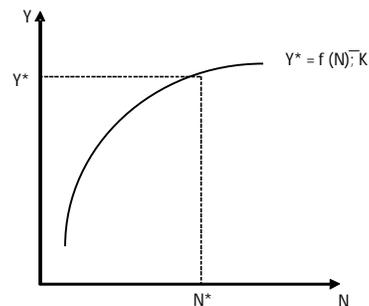


⁷ O termo “preço justo” será explicado adiante nesta seção.

⁸ Para a TN, é indiferente considerar o salário nominal (W) (o que se recebe na “boca do cofre”) ou o salário real (o salário nominal deflacionado pelo índice de preço que incide sobre os bens de consumo dos detentores de fator trabalho). Isso ocorreria por conta dos pressupostos que ela adota: plena racionalidade (maximizadora) dos agentes econômicos, total transparência das informações, ausência de incerteza etc.

Seguindo nessa linha de raciocínio, e tomando como referência a modelagem em tela – a da Concorrência Perfeita –, sobre esse gráfico estaria posicionado outro, no qual consta uma curva de produção (ou curva Y), com formato “boca para baixo”, posto ser ela sujeita aos chamados rendimentos decrescentes de escala. Explicando: essa curva seria uma equação matemática quadrática, logo, sujeita à determinada restrição – no caso, pelo estoque de capital (k) dado/dada tecnologia ($tec.$) –, e associada a uma única variável independente – também, no caso, o volume de emprego, daí que $Y = f(N)$. Desse modo, por suposto, a produção/renda aumentaria com a elevação do emprego, porém em “velocidade” cada vez menor (e vice-versa). Logo, sendo f a função matemática Y , Y^* a produção (ou renda) de pleno emprego, N o nível ou volume de emprego e N^* o emprego de pleno-emprego, tem-se que:

GRÁFICO II - CURVA DA PRODUÇÃO Y – sujeita a rendimentos decrescentes –



Por conseguinte, a Teoria Neoclássica postula que esses dois gráficos interagem. Explicando: a) o primeiro gráfico seria situado abaixo do segundo; b) nele, o 1º, operando com a oferta e demanda de/pelo fator trabalho, obter-se-ia a quantidade de equilíbrio da oferta/demanda desse mesmo fator (volume de emprego e , dados os vários pressupostos do modelo, de pleno-emprego) e seu preço de equilíbrio ofertado/demandado, o salário; c) desse ponto de equilíbrio, paralelamente à ordenada (logo, perpendicularmente à abscissa), subiria uma reta no sentido da curva de produção situada no gráfico superior; d) quando do encontro dessa reta e curva, reconfirmar-se-ia o volume de emprego assinalado/lido na abscissa do Gráfico II, bem como, a partir do mesmo alcance, traçada uma reta que encontraria sua ordenada, sendo ali definido o ponto de equilíbrio da Y^* (ou PIB*) de pleno-emprego; e) conforme o modelo em exame, o que esse novo ponto indica em relação ao mercado de trabalho situado no Gráfico I? Como expresso em $Y = f(N)$, ele indica a existência de uma relação de determinação do mercado de trabalho sobre a Y (ou PIB).

Mais detidamente: ele realça que, quanto menor o salário, maior o volume de emprego, e, da mesma forma, menor o salário (portanto, maior o volume de emprego) maior o nível da Y (ou PIB) – e vice-versa, isto é, maior o salário... menor o emprego e a Y). Destarte, na base do crescimento da Renda (ou PIB) estariam posicionados dois requisitos indissociáveis e próprios do mercado de trabalho modelado, a saber: salário “a menor” (o lado ruim), emprego “a maior” (o lado bom)!⁹

Matematicamente, como defende a análise neoclássica, a remuneração salário auferida pelos detentores do fator trabalho seria a exata e justa expressão de sua contribuição ao produto; em verdade, a remuneração da enésima unidade empregada, dado(a) o(a) estoque de capital/tecnologia, é que determinaria o salário das n-1 unidades de fatores trabalho empregadas. Ou seja: cada unidade de fator trabalho receberia monetariamente, reiterando, sob a forma de salário, a porção devida por sua contribuição ao produto, e ela seria determinada no mercado – pela referida enésima unidade contratada¹⁰; ainda: todos os n fatores empregados receberiam o mesmo valor, posto que, para a TN – outro pressuposto irrealista –, os detentores do fator trabalho seriam em equilíbrio de pleno-emprego de produtividade indiferenciada!

Por conseguinte, a justiça se combinaria com a legitimação dessa remuneração na medida em que esse processo de determinação seria impessoal, apolítico etc. Evidentemente, o economista marxista logo diria que isso não faria sentido, segundo ele, porque essa elaboração teórica visaria retirar de cena a chamada mais-valia (o denominado trabalho não pago pelo capitalista ao trabalhador) e a exploração encerrada nessa relação, uma vez que não haveria como o trabalhador receber tudo que aporta ao produto sob a pena de, dado o capitalismo, fazer desaparecer o lucro...

Deixando de lado mais uma vez esse tipo de debate e voltando à elaboração neoclássica, em adição explicativa ao que veio sendo analisado no antepenúltimo parágrafo (tendo em vista os pressupostos listados na nota 10), observa-se que essa teoria opera com o conceito de Produtividade Marginal do Trabalho, de sorte a daí derivar que nenhum dos referidos detentores aceitará receber menos que aquilo que aportar ao produto, assim como nenhum demandante pagará mais pela enésima unidade de fator trabalho a contratar – que, como apontado, remunerará as n-1 contratadas – se não for para maximizar sua produção e seu lucro e, em simultâneo, reduzir seus custos.

⁹ O economista neoclássico, com base na ideia-dilema de que para se ganhar algo seria preciso abrir mão de algo, dado que nomeia sua Ciência Econômica também de Ciência da Escassez (daí o dilema: Como alocar recursos escassos e atender simultaneamente a todas as demandas e desejos?), usa a palavra inglesa *trade off* para designar esse ganha-perde/perde-ganha (em português, usa-se o conceito “custo de oportunidade”).

¹⁰ Esse raciocínio se explica pelo *approach* marginalista (do cálculo na margem) que é imanente à TN. Explicações adicionais sobre esse assunto são apresentadas nos parágrafos seguintes. Para esclarecimentos mais pormenorizados, vide ATTALI, J. & GUILLAUME, M. (1975); e VASCONCELOS, M.A.S. & GARCIA, M.E. (2002).

Aquele economista crítico não resistiria e diria que seria escárnio (afora, grave problema teórico) fazer desaparecer da análise as classes sociais, como afirmar que elas vão ao mercado, travestidas pela TN em proprietários de fatores de produção, negociar as respectivas mercadorias de que são proprietárias (força de trabalho, terra e capital) em condições de igualdade! Na mesma linha, ele diria ainda ser infundada a tese que defende que cada um dos detentores de fatores receberia o exato e o justo por suas contribuições ao produto, a saber: que o salário, a renda da terra e o lucro seriam resultados de suas respectivas produtividades marginais, e não da apropriação do sobre trabalho de outrem. Mas como essa não é o centro da discussão aqui proposta... cabe evidentemente prosseguir.

Isto posto, vale assinalar que não é apenas desse modo que se calcula/obtem o salário real para a TN. Para tal, também é possível partir do ponto de equilíbrio verificado no mesmo mercado de trabalho e alcançar a curva de produção. Como? "Ali chegando", bastaria calcular a derivada à segunda do ponto Y^* (renda de equilíbrio de pleno-emprego) situada sobre essa curva em relação ao ponto imediato e infinitesimalmente precedente¹¹. Explicando: vale recordar que a derivada à segunda mede o incremento na passagem de um ponto a outro de qualquer função matemática quando nela ocorre uma variação infinitesimal (ou seja, quando o referido limite da função tende a zero), e que esse incremento expressaria exatamente o valor, no caso, da contribuição da unidade a mais contratada de fator trabalho ao produto total (Y). Assim sendo, o valor obtido seria a exata e justa medida da contribuição da enésima unidade de fator trabalho contratada e, pelos argumentos já exarados, em pleno-emprego, a definidora do salário das $n-1$ unidades igualmente contratadas.

Também vale lembrar, terceira possibilidade de cálculo do salário real, que o valor da tangente em dado ponto é obtido pelo quociente estabelecido entre o numerador cateto oposto sobre o denominador cateto adjacente de um triângulo retângulo. No caso, a curva de produção (sobre a qual estaria "localizada" a hipotenusa desse triângulo), sujeita a rendimentos decrescentes, permite considerar dois pontos subsequentes como se ali existisse uma variação discreta a formar o anotado triângulo retângulo; logo, neste caso, seria possível dizer que o valor da tangente no ponto em questão também representaria o exato e justo valor da remuneração da enésima unidade de fator trabalho empregado e, conseqüentemente, como antes, das $n-1$... enfim, todos os envolvidos restariam satisfeitos com suas remunerações, toda a produção e todos os lucros maximizados, assim como os custos minimizados.

¹¹ Daí o uso da abordagem marginalista pela TN. A esse respeito, vide funções quando o limite matemático tende a zero.

Por conseguinte, esse valor (do salário real) pode ser obtido por intermédio de três procedimentos: a) por meio da interação entre oferta e a demanda do fator trabalho, em um mercado de fatores que opera em livre concorrência, buscando-o no eixo vertical (ordenada) do Gráfico I; b) através do cálculo da derivada à segunda da função matemática curva de produção, quando seu limite (também matemático) tende a zero, dada a variação de um determinado ponto situado sobre essa curva, em relação ao imediata e infinitesimalmente pregresso; e, c) a partir do cálculo do valor da tangente no referido ponto, supondo-se ali a definição/existência de um “minúsculo” triângulo retângulo – como rezam os estudos trigonométricos. Portanto, pode-se dizer que:

W/P^a = Produtividade Marginal do Trabalho = tangente da curva de produção no ponto de equilíbrio = derivada à segunda de Y^b (Y'')

Onde: a = salário nominal sobre índice de preço dos bens e serviços de consumo dos detentores de fator trabalho; e, b (Y'') = derivada à segunda da função de produção no ponto pelo qual passa a tangente.

Matemática à parte, para a Teoria Neoclássica esses três procedimentos indicam que: a) O salário de equilíbrio pago/auferido seria determinado inteiramente no mercado de trabalho (que operaria em livre concorrência); b) Como esse salário seria determinado pelas livres forças de mercado, ele seria impessoal na medida em que nem governo nem sindicatos estariam a intervir e, portanto, a gerar distorções e ineficiências alocativas – leia-se: a geração de excedente ou escassez; c) O salário de equilíbrio seria não apenas impessoal, mas também justo, uma vez expressar com exatidão o contributo do fator em tela à renda (ou PIB); d) Nesses termos, ele seria ainda legítimo, defende a Teoria Neoclássica, isto porque o livre mercado, ao gerar eficiência e eficácia econômica, também garantiria justiça social, dado que nenhum detentor de fator de produção receberia mais ou menos que seu preço/remuneração justo/a; e) Mais importante para efeito da discussão em exame: o nível da produção dependeria do mercado de trabalho; f) E, como corolário, quanto mais flexível ele for, mais fácil seria aumentar o emprego e a renda nacional – o dano colateral, mas sem injustiça (conforme os argumentos já expostos), seria a redução do salário de equilíbrio; g) Daí vem o seguinte: quanto menor o salário maior o emprego e, conseqüentemente, a renda nacional – ou seja, exatamente o que postulam – incluindo a sequenciação – os defensores da reforma trabalhista proposta e recém-aprovada pelas forças governistas. Com uma diferença: essas últimas nunca mencionam que, segundo o modelo analítico em exame, conscientemente ou não, sua RT provocaria

a redução dos salários!

REDUÇÃO SALARIAL NÃO GARANTE MAIS EMPREGO NEM CRESCIMENTO ECONÔMICO: A REJEIÇÃO TEÓRICA DE JOHN MAYNARD KEYNES

Importante observar que Keynes teve sua formação de economista na tradição neoclássica; e mais, que ele a teve enquanto discípulo de A. Marshall, possivelmente o principal economista de todos os tempos dessa corrente teórica, e na não menos tradicional, liberal e decisiva, para a práxis da TN, Cambridge University. Não obstante, por razões diversas (sentido prático das “coisas” e interesse na ação política, brilho intelectual próprio, rica experiência de vida e profissional, formação acadêmica original fora da economia¹², interesse cultural por assuntos diversos etc.), Keynes acabou demarcando algumas diatribes fundamentais com o campo teórico neoclássico no qual foi educado.

Ilustrando: a) Sua passagem da área da Matemática/Estatística para a da Economia implicou a substituição do conceito de risco probabilístico, cujo universo de eventos possíveis é conhecido a priori, para o da incerteza econômica acerca dos resultados a alcançar no que trata das decisões empresariais privadas de gasto orientadas, por suposto, pela lógica da rentabilidade. É dizer: nada teria como ser/estar garantido ex ante¹³; b) A consideração dessas mesmas decisões empresariais, em termos monetário-financeiros, reforçava sua crítica à TN. Explicando: para Keynes, a geração de renda e emprego seria eivada de complexidade, posto que o cálculo das taxas de retorno, associadas às referidas decisões, seriam denominadas em dinheiro, no anotado ambiente de incerteza econômica. Assim sendo, além de nada estar/ser garantido a priori, também elucida esse entendimento de Keynes uma frase sua tornada definitivamente clássica, a saber: o suposto pleno-emprego neoclássico seria raro e ocasional; c) Deriva da análise precedente (b) que, para esse autor, diferentemente dos economistas neoclássicos – defensores da neutralidade da moeda (de sorte a evitar assumir a possibilidade de que nem toda renda auferida necessariamente volta ao circuito produtivo dos bens e serviços) –, ela importa decisivamente. Vale lembrar que Keynes define seu estudo como sendo o da economia monetária da produção. É dizer: todas as decisões empresariais de gasto estariam imersas no apontado ambiente monetário-financeiro (referidas em dinheiro) de incerteza, sendo a moeda, não fora suficiente, um ativo passível de ser objeto da “cobiça” (por conta das taxas de juros a ela associadas) – o que, para ele, atesta a imanência dos chamados vazamentos de renda; d) Do exposto, reforça-se sua acesa crítica na “fé” neoclássica do equilíbrio de pleno-

¹² Sobre a formação inicial de Keynes, ela ocorreu no campo da Matemática – seu primeiro trabalho acadêmico foi o *Treatise on Probability*.

¹³ Para Keynes, o Estado pode muito em uma economia de mercado, mas não tudo. Ou seja: para ele, como já se indicou, as decisões econômicas fundamentais do capitalismo estão nas mãos dos empresários privados, cabendo ao Estado construir a ambiência favorável para que elas venham a ocorrer [...]. Adição: o artigo doravante mencionará apenas decisões empresariais (sem o acréscimo *privadas*).

emprego – seja ele parcial (como em Walras) ou geral (como em Marshall)¹⁴. De outra maneira: a “fé” neoclássica no equilíbrio de longo prazo (enquanto recurso de última instância) não faria qualquer sentido para Keynes, pois, em sua visão, seria uma tolice esperar que o livre mercado equilibrasse a economia levando-a “naturalmente”, salvo desajustes temporários, aos proclamados ótimos econômicos e sociais; e) E é desse conjunto de apontamentos (e diatribes) que “emerge” da TG um conceito verdadeiramente estruturante do capitalismo, a saber: o da instabilidade macroeconômica. Vale dizer: em uma economia de mercado, na qual cada agente econômico toma sua decisão de aplicação de capital nas condições aqui esboçadas, ela não pode senão estar condenada à visceral instabilidade macroeconômica. Explicando melhor: para tal, basta apenas pensar essas decisões em termos *ex ante* para garantir que, logicamente, pelas condições que lhes são inerentes, o sistema em tela está condenado à referida instabilidade. Por conseguinte, são dispensadas da análise keynesiana quer a verificação no tempo (*ex post*) dos resultados das decisões empresariais, quer a descrição de trajetória que “emende” o tempo da decisão e o tempo em que ela produziu seu resultado. Enfim, Keynes aporta à teoria econômica, apoiando-se no tempo lógico do cálculo capitalista, tendo em vista as demais condições anotadas, uma propriedade estrutural do capitalismo, a da instabilidade macroeconômica. Nada mais distante, portanto, da TN; f) Essas críticas e formulações, por sua vez, obedeciam à necessidade do homem prático que era Keynes, e.g., ele se opunha à TN, pois a entendia enquanto óbice para a adoção de ações concretas que, pelo menos, tentassem salvar “a sua” Inglaterra e mesmo a ordem capitalista (como anotado)¹⁵. Dado o que foi desenvolvido neste parágrafo, parece agora meridianamente óbvia outra frase de Keynes também tornada clássica: No longo prazo (no qual o equilíbrio de pleno-emprego seria supostamente inexorável) estaremos todos mortos. Ou seja, era preciso agir, e logo. E nessa perspectiva trivial, opondo-se aos neoclássicos, ele dirige sua atenção ao papel do Estado. Isto porque entendia que esse ente seria o único capaz de pelo menos tentativamente conter o que supunha se avizinhar: a barbárie capitalista e as mudanças na própria ordem (por ele ideologicamente não desejadas, dadas suas convicções burguesas)¹⁶; g) etc¹⁷.

Procedida a essa brevíssima apresentação de parcela das motivações e elaborações, em especial das que constam na TG do autor em tela, notadamente para os que nunca leram “nada de” ou “nada

¹⁴ Sobre os termos “geral” e “particular”, vide respectivamente Marshall (1982) e Walras (1983).

¹⁵ Que à época estava sendo ultrapassada economicamente pelos diversos países envolvidos na chamada Segunda Revolução Industrial (Estados Unidos, França, Japão, Alemanha etc.).

¹⁶ Aqui, o assombrava ideologicamente a chamada Revolução, ocorrida em 1917 na antiga União das Repúblicas Socialistas Soviéticas. Sobre o *pelo menos tentativamente*, vide nota 15.

¹⁷ Logo, nada mais inapropriado que ler Keynes apenas como o economista da depressão econômica (de 1929) e do âmbito fiscal do capitalismo.

sobre” Keynes, assinala-se que, para ele, o chamado mercado de trabalho não possuiria qualquer capacidade de determinação do nível de produção (ou da renda nacional) – isso porque o emprego dependeria dos gastos empresariais; melhor, das taxas de retornos a eles associadas/esperadas.

Mais detidamente: se os empresários estiverem otimistas acerca do futuro, leia-se, da rentabilidade prospectiva calculada, eles gastam¹⁸ mais e, dados os limites da estrutura produtiva/tecnologia, empregam mais; e, ao inverso, se não descortinarem perspectivas de rentabilidade que os animem, não gastam e muito menos empregam. Enfim, o mercado de trabalho, na perspectiva keynesiana, não determina nem o emprego nem a renda (ou Produto Interno Bruto).

Resulta dessa discussão que no mundo monetário-financeiro e incerto em que Keynes inscreve as decisões econômicas empresariais, movidas pelas taxas de retorno, com redundância, perspectivas, a redução (ou flexibilidade) das taxas salariais não implica necessária ou automaticamente aumento do emprego e da renda. Dizendo de forma diversa (e mais conclusivamente): na ausência de perspectivas de taxas de retorno atrativas, mesmo com salários baixos ou em queda, o empresário tende a postergar ou mesmo a cancelar suas decisões de gasto de produção e de investimento (vide, a respeito, nota de rodapé 20), deixando assim de contratar mão de obra (MDO).

Dessa maneira, inexorável dizer que, segundo Keynes, a sequência redução salarial, aumento do emprego e elevação da renda nacional, dada a consideração das dimensões já aportadas, resulta teoricamente insubsistente. Repetindo: as decisões empresariais de gasto, sempre denominadas em termos monetário-financeiros, por envolverem a consideração de cálculos capitalistas de retornos prospectivos (logo, expectacionais), fundados em ambiente de incerteza, seriam “as responsáveis” pelo maior ou menor crescimento econômico e do emprego – e não o contrário. É como se Keynes escrevesse matematicamente, em flagrante discordância com a TN, o seguinte:

$$Y \text{ (ou PIB)/Emprego} = f \text{ (decisões empresariais de gasto)}$$

Então, com a consciência de que a questão central do capitalismo é explicar o porquê de as economias capitalistas flutuarem ao longo do tempo, em termos de renda e emprego, mas não por conta das vicissitudes do mercado de trabalho e sim das apontadas decisões empresariais, Keynes se dedica portanto a investigá-las, em especial as que dizem respeito à variável investimento – é nesse

¹⁸ As decisões empresariais que visam valorizar capital, o que exclui as atinentes ao seu consumo pessoal, são de três tipos: as de produção (ou de quanto utilizar da capacidade produtiva já instalada); as de investimento (ou de quanto instalar de capacidade produtiva); e as estritamente financeiras (que não contribuem diretamente para a geração do PIB ou da Y). Obs.: as duas primeiras decisões contribuem diretamente para a Y.

contexto que sublinha o que veio a denominar de o princípio da Demanda Efetiva, DE (capítulo 3 da TG).

Explicando: tal e qual a TN, Keynes elabora um esquema de oferta e demanda de bens e serviços definido em espaço cartesiano, bidimensional, e, igualmente, um ponto de equilíbrio preço-quantidade. No entanto, ele estabelece diferenças importantíssimas entre esse seu esquema e o da modelagem neoclássica; isto porque, para ele, a oferta, a demanda, o preço etc. seriam definidos em termos expectacionais, inclusive a própria DE. Em resumo: esse modo “estranho” de formular a demanda efetiva resulta de sua análise/visão muito particular; é dizer, de as decisões econômicas empresariais serem definidas monetariamente, tendo em vista o que já se anotou (incerteza etc.), em função de suas expectativas (por suposto, futuras) de lucratividade.

Mais amiúde: a oferta a ser efetivada de bens e serviços dependeria da demanda esperada e se materializaria na realização de uma série de gastos, dentre eles (embora não exclusivamente), o de produzir máquinas e equipamentos e, por derivação, de contratar mão de obra para fazê-la acontecer. Assim sendo, apenas aparentemente de maneira paradoxal, assentada na demanda esperada, a realização da própria oferta estaria no cerne da explicação da renda nacional (ou PIB) e do volume de emprego necessário para tal – ou seja, tornaria a demanda esperada em efetiva. Logo, o decisivo para entender o PIB (ou Y) radicaria nas decisões empresariais de gasto, marcadamente as de investimento, derivando daí toda a dinâmica econômica, incluindo, como variável completamente determinada, o emprego assalariado. Nesses termos, vale a adição, a tradicional separação entre oferta e demanda da TN deixaria de existir, uma vez que o ato de ofertar seria em simultâneo ato de gastar/demandar.

Aqui “entra em cena” o que Keynes denomina de a Eficiência Marginal do Capital – EMC (vide cap. 17 da TG), ou seja, a taxa de retorno associada às decisões de investimento. Logo, no que importa para o artigo, em nova roupagem, o referido autor então reexamina o que veio sendo discutido, a saber: a importância do investimento e, ao contrário, a irrelevância, no limite, do chamado mercado de trabalho em sua relação com a anotada e decisiva Eficiência Marginal do Capital. De outro modo: que salários altos ou em elevação não impedem a realização dos investimentos, desde que a EMC seja comparativamente atrativa; e, ao reverso, salários baixos ou em queda, como já se anotou, podem não estimular a compra de máquinas e equipamentos, desde que a referida Eficiência Marginal do Capital não lhe seja relativamente atrativo-compensatória. Pode-se dizer assim, em definitivo, que essa discussão é o desdobramento da importância que Keynes atribui às decisões de investir em sua ambiência monetário-financeira prospectiva e incerta¹⁹. Não fora bastante, essas últimas decisões,

por seu “peso” particular, teriam ainda o poder de arrastar para cima ou para baixo outra variável do gasto empresarial que também visa taxas de retorno, a de produção²⁰ e, conseqüentemente, o emprego.

Especificamente sobre a determinação salarial, embora ela não seja inteiramente clara na Teoria Geral, dadas as concessões de Keynes à TN, não resta dúvida de que ele a entende mais complexa que a formulação defendida por tal abordagem teórica. De outra forma: embora ele aceite (no capítulo 2 da TG) que o salário real corresponderia à produtividade da enésima unidade do fator trabalho empregado (que define, conforme esse autor, a curva de demanda por mão de obra), o conjunto de sua reflexão sugere que Keynes não rechaçou expressamente esse postulado, de sorte a evitar abrir mais uma frente de conflito com o mainstream neoclássico, dado seu intento de ser lido por seus pares de Cambridge, bem como aceito/adotado pelos governantes daquele tempo histórico²¹.

Razoável dizer então que a taxa de salário depende de um conjunto de fatores/determinantes: da oferta e demanda por mão de obra, da qualificação dessa mesma MDO, dos padrões salariais e de vida vigentes em dado tempo e lugar, da força política e do status social adquirido por determinadas profissões e suas respectivas corporações (o que, por suposto, realisticamente, nega a tese de que nenhum detentor de fator de produção possuiria qualquer poder especial de mercado) etc.; e, acrescentaria o persistente economista de extração filiada à Crítica da Economia Política: do estágio da luta de classes, entre capitalistas e trabalhadores, no que tange à apropriação da renda nacional, sob a forma primária de lucros e salários.

Nesses termos, o nível de salário vigente em dado tempo histórico é multifacetado e não unideterminado. Portanto, para Keynes e pela aproximação analítica esboçada, a determinação salarial neoclássica não se sustenta em seu simplismo (concentração em uma única variável de determinação) e alienação dos processos reais próprios de uma determinada e datada economia/sociedade de mercado, a capitalista. Resulta assim, dada a análise precedente, o equívoco das relações estabelecidas pela TN entre salário, emprego e renda nacional quando imersas em uma

¹⁹ Esse fato fica ainda mais evidente quando considerados os nexos teóricos estabelecidos entre essas decisões com as chamadas expectativas de longo prazo (ver capítulo 12 da TG) e as propriedades essenciais do juro e do dinheiro (ver capítulo 17 da mesma TG).

²⁰ Depreende-se de sua análise que esta última geraria impacto econômico positivo apenas no curto ou, no máximo, no médio prazo, sendo ela, por causa, incapaz de arrastar o crescimento econômico por tempos mais alongados, daí, reiterando, a centralidade do investimento.

²¹ Vide, a esse respeito, o texto intitulado *Ensaio em persuasão*. Nele, Keynes defende a sabedoria de se discutir os argumentos dos adversários antes mesmo de afirmar os seus próprios, bem como o sentido prático que a TG possuía, dada sua motivação política de enfrentamento dos problemas daquela quadra e do capitalismo em geral. Isto é: ele queria ser lido pelos seus pares de Cambridge e ouvido pelos homens de governo – todos muitos adestrados pelos “saberes” e recomendações neoclássicos (orçamento equilibrado, moeda neutra etc.).

economia capitalista real.

Em suma: diferentemente do referido mainstream, segundo o economista a verdadeira discussão concernente às variações de emprego e da renda deveriam ser afastadas, no limite, do chamado mercado de trabalho e concentradas no âmbito das motivações e do ambiente econômico, como já sobejamente se analisou, notadamente dos prospectivos, em que se movem os empresários para efeito de suas decisões de investir.

Dessa maneira, impossível aceitar a análise procedida pela TN do mercado de trabalho em seu esforço de culpabilização, conforme o léxico que lhe é próprio, dos detentores de fator trabalho pelo seu próprio desemprego (alusão implícita: suposta rigidez do mercado de trabalho) e pelo baixo crescimento da economia. Afinal, resulta claro que apenas seu partidarismo ideológico e sua visão de mundo pró-capital, como enunciaria aquele economista formado na tradição da Crítica da Economia Política, justifica suas praxis. E para Keynes, além de ser estritamente ideológico e teoricamente equivocado, ainda mais grave é o fato de a TN obstar a adoção de políticas governamentais e decisões econômicas efetivamente contributivas, como é o caso das de investimento, para a ativação dos negócios reais do empresariado produtivo em geral²² – a esse respeito, vide a seguir a análise desenvolvida por Kalecki.

REDUÇÃO SALARIAL TENDE A CONTRAIR OS LUCROS DOS EMPRESÁRIOS EM GERAL, ESPECIALMENTE DOS QUE PRODUZEM OS BENS DE CONSUMO DOS ASSALARIADOS: A REJEIÇÃO TEÓRICA DE MICHAL KALECKI

O polonês Kalecki²³, cujas contribuições datam em sua maioria da primeira metade do século XX (embora sua obra clássica, *A teoria da dinâmica econômica* (TDE), seja de 1954), foi considerado durante anos uma espécie de economista keynesiano, em função da existência de semelhanças entre sua obra e a do economista inglês²⁴. No entanto, tendo estado em Cambridge com Joan Robinson, discípula famosa e talentosa de Keynes, aquela economista se declarou perplexa quando de sua conversa com Kalecki; isto porque, apesar de o debate keynesiano lhe ser estranho, a certa altura do diálogo ela anota que não sabia mais dizer quem falava: se ela ou Kalecki, ou mesmo o próprio

Keynes!²⁵ Em resumo: a elaboração de Kalecki era diferente na forma, mas com questões e

²² A esse respeito, vide as várias interlocuções e atritos de Keynes, no bojo da Grande Depressão, com as autoridades daquele tempo, as quais, "prisoneiras" das teses ortodoxas, agravavam e estendiam a duração da crise que eclodiu em 1929 nos países anglo-saxões, em especial nos EUA e na Inglaterra.

²³ Ele trabalhou a maior parte de sua vida no Instituto de Pesquisa de Conjuntura Econômica e Preços de Varsóvia/Polônia, mas também foi professor na London School of Economics, na Universidade de Cambridge, na Universidade de Oxford e na própria Universidade de Varsóvia. Foi ainda assessor econômico de diversos países (Índia, Israel, México etc.) e diretor do Departamento de Assuntos Econômicos das Nações Unidas (Nova York).

²⁴ Ele é muitas vezes referido como *o Keynes de esquerda*.

conteúdos muito parecidos aos de Keynes.

No Brasil, a obra de Kalecki foi disseminada pelo economista Jorge Miglioli, seu aluno na própria Polônia, a partir da Escola de Economia da Unicamp/São Paulo. No bojo da formação e do desenvolvimento dessa escola, uma discussão se mostrava indispensável: a da reflexão sobre a estrutura produtiva brasileira, notadamente a industrial. Mais especificamente: interessava pensar as relações dinâmicas estabelecidas entre as indústrias instaladas no país, principalmente a partir da industrialização pesada – fincada no bojo do Plano de Metas (1956-61) e avançada pelos militares no poder do país a partir de 1964. Afinal, que indústria era essa? Como interagiam os setores produtivos então existentes? Qual o papel do setor produtor de máquinas e equipamentos no nível da dinâmica econômica do país? Para responder a essas e outras questões, a obra de Kalecki foi decisiva, notadamente seu esquema tridepartamental (vide explicações mais adiante) e os aportes teóricos contidos em sua TDE.

Adendo importante: apesar das menções anteriores, dado o objeto deste artigo, ele não se dedicará ao exame das interações estabelecidas entre os aportes teóricos de Kalecki e a indústria brasileira lograda por volta dos anos 1970. Ainda: para a presente análise, apenas “Os lucros e o investimento” (cap. 4 da TDE, 1954) e “As equações marxistas de reprodução e a economia moderna” (cap. 1, 1977) – no qual ele estabelece o referido esquema tridepartamental – se mostram suficientes.

Como se apontou, Kalecki divide a economia em três grandes departamentos, a saber: o D.I, produtor de bens de capital; o D.II, produtor de bens de consumo capitalista; e, o D.III, produtor de bens salários. Deixando de lado as simplificações (p. ex.: economia sem governo etc.) e supostos (p. ex.: os trabalhadores não poupam etc.) que esse autor adota, assinala-se que: o valor do bem final do D.I é obtido pela soma dos salários (W_1) e lucros (P_1) auferidos, respectivamente, pelos trabalhadores e capitalistas envolvidos nessa produção (de bens de capital, ou I); o valor do bem final do D.II é igualmente obtido pela soma dos salários (W_2) e lucros (P_2) também auferidos, respectivamente, pelos trabalhadores e capitalistas envolvidos nessa produção (C_k); o mesmo vale para o D.III: nesse caso, para obter o valor da produção C_w , considerar W_3 e P_3 .

Sendo assim, ele anota o seguinte: na última linha horizontal (a 3ª) desse sugerido tableau économique ter-se-ia $I + C_k + C_w = \text{PIB}$ e na quarta coluna desse mesmo quadro $P + W = \text{Renda } (Y) - P$, por suposto, seria a soma de $P_1 + P_2 + P_3$ e, W , a soma de $W_1 + W_2 + W_3$. Logo, face o suposto anotado, o de que os trabalhadores não poupam, os salários pagos se esgotariam no $C_w - e$, claro,

²⁵ Ela cita nessa passagem o dramaturgo, poeta e romancista siciliano Luigi Pirandello.

conforme esse modelo de análise, eles seriam custos para os capitalistas do D.III. Por conseguinte, pode-se escrever que $P3 = W1 + W2$. Portanto, somando-se P1 e P2 de ambos os lados dessa equação, é trivial, sem alterar essa igualdade, ter-se-ia: $I + Ck = P$ (Equação 1).

Conclusão: ao passo que os trabalhadores gastam tudo o que ganham ($W = Cw$), dado o suposto da poupança zero dos assalariados, os capitalistas ganham, sob a forma de lucro, tudo o que gastam (Ck e I). Daí vem o seguinte: qual o papel dos salários e do consumo assalariado na análise de Kalecki? Para responder a essa questão, no entanto, cabe avançar um pouco mais a análise. Como segue.

Se denotarmos $W1/I$, $W2/Ck$ e $W3/Cw$, respectivamente por $w1$, $w2$ e $w3$, da Equação 1, obtemos:

$$(1 - w3) \cdot Cw = w1 \cdot I + w2 \cdot Ck$$

Como resultado, para o Consumo dos Trabalhadores obtemos:

$$Cw = (w1 \cdot I + w2 \cdot Ck) / (1 - w3) \text{ (Equação 3)}$$

e para a Renda Nacional (ou PIB):

$$I + Ck + Cw = I + Ck + (w1 \cdot I + w2 \cdot Ck) / (1 - w3) \text{ (Equação 4)}$$

Assim sendo, diz o próprio Kalecki:

[...] a renda (ou o produto) nacional Y que se pode vender e os lucros P que se podem realizar são determinados, em qualquer circunstância [...], pelo nível de investimento I e pelo consumo Ck dos capitalistas (dada a distribuição da renda entre salários e lucros). Poderia ser levantada a questão de por que as equações (2) e (4) têm de ser interpretadas desse modo e não o inverso, isto é, no sentido de o investimento e o consumo dos capitalistas serem determinados pelo lucro e pela renda nacional. A resposta a essa questão fundamental é a seguinte. O investimento e o consumo dos capitalistas, no curto período considerado, resultam de decisões tomadas no passado e devem, portanto, ser considerados como dados. No que se refere ao investimento, isso é consequência direta do lapso de tempo dependente do período de construção do equipamento de capital. Mas as alterações de consumo dos capitalistas também acompanham as mudanças nos lucros com algum atraso. Ora, as vendas e os lucros num dado período de tempo não podem ser um resultado direto de decisões passadas: os capitalistas podem decidir quanto investirão e consumirão no próximo ano, mas não podem decidir a respeito de quanto serão suas vendas e seus lucros. As variáveis independentes num dado período de tempo são o investimento e o consumo dos capitalistas. São essas duas magnitudes que, através das equações (2) e (4), determinam os níveis da renda nacional e dos lucros que se podem realizar (1977, p. 3).

Do exposto, conclui-se que: a) as variáveis de gasto (I , Ck e Cw) totalizam no modelo (sugerido) o PIB; b) as variáveis de gastos empresariais explicam/determinam o lucro P ; e, c) os salários e o Cw são explicados pelos gastos capitalistas (I e Ck), como consta da Equação 4 – uma vez que os demais elementos são números e parâmetros; é dizer, não são variáveis. Nesses termos, pode-se afirmar que

as conclusões obtidas por Kalecki são muito próximas, apesar da linguagem diferente, das de Keynes. Apresentando de outra maneira: caso se queira fazer crescer o emprego e a renda nacional, como proclama a TN, é necessário deixar de lado o mercado de trabalho e concentrar a atenção no que ocorre com as variáveis de gasto sob o comando dos capitalistas.

Em verdade, tal atenção deveria estar concentrada em uma, e apenas uma, dessas variáveis empresariais de gasto, o I. Como segue. Supondo que o Consumo Capitalista $C_k(t)$ seja expresso pela Equação 5 $q \cdot P_{t-1} + A$ (no original do autor, o I é expresso pela letra grega lâmbida), onde q é uma espécie de Propensão a Consumir dos Capitalistas em relação ao Lucro do período (t) anterior e A uma constante independente das flutuações do lucro dos capitalistas (P_t), fazendo-se as devidas substituições (em acordo com as equações precedentes), tem-se que:

$$C_k(t) = q \cdot (I_{t-1} + C_k_{t-1}) + A \text{ (Equação 6)}$$

Ora, sendo o lucro P_{t-1} igual a $I_{t-1} + C_k_{t-1}$, poder-se-ia fazer essas substituições ao infinito, e sempre se chegaria à seguinte conclusão/equação:

$$C_k(t) = f(I_t - \delta) \text{ (Equação 7)}$$

O que essa equação expressa? Ela revela que, considerada a dinâmica econômica em dada fração de tempo δ , o tempo que conta para efeito do investimento gerar seus efeitos também alcança o Consumo Capitalista.

Assim sendo, se o Investimento explica o Consumo Capitalista (vide Equação 3) e o Consumo Assalariado é determinado por I e C_k , trivial concluir que o I é a variável por excelência da dinâmica econômica e da determinação do PIB – assim como da renda, pois se o investimento determina o lucro e a massa de salário W é também explicada pelo I , logo ele determina a própria renda nacional Y .

Nesses termos kaleckianos, equivocado tentar explicar a dinâmica do emprego e da renda nacional (ou PIB) pelo chamado mercado de trabalho, como fazem os economistas de extração teórica neoclássica, posto serem essas variáveis completamente determinadas.

Uma última e decisiva questão: segundo a modelagem de Kalecki, afora o Consumo Assalariado C_w e a Massa Salarial W serem variáveis completamente determinadas, logo irrelevantes para efeito da explicação da dinâmica econômica expressa no PIB ou Y , resulta dela que a redução generalizada dos salários (W) tenderia a contrair a produção de Bens Salários (C_w) e que, conseqüentemente, quando muito manteria a lucratividade desse Departamento (D.III) – mas com um adendo: desde que a

queda de seus custos W_3 fosse capaz de anular a queda da produção C_w (“tudo o mais constante”).

Poder-se-ia dizer que, embora isso pudesse vir a ocorrer com a produção C_w e o lucro do D.III (P3), nada garantiria que o mesmo comportamento ocorresse com a produção e o lucro dos Departamentos I e II – talvez com a exceção do curto prazo. Isso porque seria perfeitamente possível supor que no médio e no longo prazos a redução da produção e dos lucros do D.III levasse à diminuição da compra de máquinas e equipamentos desse setor junto ao D.I²⁶, contraindo assim, insistindo, no tempo, o volume do investimento realizado. E diante da queda desse volume, pelos argumentos e equações já expostos, a própria queda de seus lucros, afetando assim negativamente a produção dos/o dispêndio em Bens de Consumo Capitalista.

Dessa forma, é contraditada mais uma vez a TN, qual seja: a de que a queda dos salários levaria inexoravelmente ao aumento do emprego e do crescimento econômico. Tal aporte à discussão mostra não apenas o simplismo da ortodoxia neoclássica, seu irrealismo e conclusões indevidas, inclusive para os interesses que ela claramente tenta defender – os dos empresários –, como resulta evidente ao concentrar sua “artilharia pesada” sobre o chamado mercado de trabalho e os salários, deixando de lado as vicissitudes do investimento, essa sim a variável crucial para a dinâmica econômica.

OBSERVAÇÕES FINAIS

Em retrospectiva, de maneira sucinta, examinou-se neste artigo o que segue:

1. Inicialmente, examinou-se a formulação neoclássica acerca do mercado de trabalho (segundo seu léxico, de compra e venda de fator trabalho), posto ser ela a base teórica implícita da reforma trabalhista recém-aprovada no Brasil. Segundo essa formulação, a maior flexibilidade do chamado mercado de trabalho, com a conseqüente queda dos salários (fato esse omitido pelos defensores da mencionada reforma, mas não pela supramencionada formulação), levaria automaticamente ao aumento do emprego e da renda nacional (ou PIB). Para tal abordagem teórica, apoiada em uma série de pressupostos (irrealistas, diga-se), esse encadeamento ocorreria, enfim, como se o que fosse economizado com os custos trabalhistas (no caso, com o fator trabalho) se convertesse automaticamente em mais gastos empresariais (no caso, por parte dos detentores do fator capital e terra), ativando assim a economia (leia-se: a renda nacional ou PIB).

²⁶ Em uma economia real, mas não no modelo kaleckiano, na medida em que ele supõe a plena integração vertical da produção.

2. Em seguida, o artigo examinou dados aportes de Keynes, especialmente os que contraditam a formulação teórica anterior. De outra forma: chamou-se atenção para o fato de esse autor atribuir ao chamado mercado de trabalho papel irrelevante para efeito da determinação da renda e do emprego. Mais precisamente: para Keynes, os referidos emprego e renda são determinados pelas decisões de gasto dos empresários privados, definidas em termos da rentabilidade esperada (logo, monetariamente) e em ambiente de incerteza. Ou seja, a dinâmica da economia (incluindo a demanda por mão de obra) estaria em suas mãos e não na do mercado de trabalho. É nesse contexto que o autor chama atenção para a centralidade da variável decisão de investimento, entendida por ele como a decisão por excelência da referida dinâmica, em interação com sua estimada taxa de retorno, a Eficiência Marginal do Capital (para mais aprofundamentos, vide a Matemática Financeira). De outra maneira, embora o Estado seja necessário e pode fazer muito, para Keynes ele não pode tudo, daí derivando a inescapável centralidade do empresariado privado e, em especial, de sua decisão de investir sobre a dinâmica econômica. Tanto que ele assevera que nada garante que quedas salariais levem a mais investimento e, nem tampouco, aumentos salariais levem a menos compras de máquinas e equipamentos.

3. Em terceiro lugar, recorreu-se a aportes de Kalecki, mostrando que, além de uma série de conclusões assemelhadas às de Keynes, como a da centralidade da variável investimento para efeito da dinâmica econômica agregada de um dado espaço social em determinado tempo histórico, o corte salarial pode levar essa mesma dinâmica a derrubar o emprego e a renda – ou seja, o inverso do propugnado pela TN e defendido pela aludida RT. De outra forma: como ele mostra em seu esquema tridepartamental, os aumentos do emprego e da renda podem não apenas não acontecer, como até vir a ocorrer o declínio generalizado dos lucros – e não apenas dos empresários que produzem os bens de consumo dos assalariados (ou seja, também o dos que produzem bens de capital e bens de consumo dos próprios capitalistas).

4. Assim sendo, a discussão-objeto deste artigo se mostra bem mais complexa do que supõe o simplismo e o partidarismo neoclássico, posto propor diagnósticos e terapias de conteúdos apenas ideológicos. Não fora bastante, por serem tais diagnósticos e terapias teoricamente equivocados, uma vez que, adotados, tendem a implicar em graves e negativas consequências econômicas (redução do nível geral da atividade econômica, estreitamento do mercado interno etc.) e sociais (arrocho salarial, desemprego, eliminação da rede de proteção social antes existente etc.).

REFERÊNCIAS

- ATTALI, J. & GUILLAUME, M. *A antieconomia: uma crítica à teoria econômica*. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.
- BERCHIELLI, F. *Economia monetária*. São Paulo: Saraiva, 2000.
- BIVEN, W.C. *Quem matou John Maynard Keynes? Conflitos na evolução da política econômica mundial*. São Paulo: MacGraw-Hill, 1990.
- CHICK, V. *Macroeconomics after Keynes: a reconsideration of the general theory*. The MIT Press. Massachusetts: Cambridge, 2003.
- KALECKI, M. *Crescimento e ciclo das economias capitalistas*. São Paulo: Hucitec, 1977.
- . *A teoria da dinâmica econômica*. Vol. XLVII. São Paulo: Abril Cultural, 1976 (série Os pensadores – 1º ed., 1954).
- KEYNES, J.M. *A teoria geral do emprego, do juro e da moeda*. São Paulo: Atlas, 1982 (1º ed., 1936).
- KEYNES, M. (org.). *Ensaio sobre John Maynard Keynes*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.
- LIMA, G.T. & SICSU, J. (orgs.). *Macroeconomia do emprego e da renda: Keynes e o keynesianismo*. Barueri: Manole, 2003.
- MARSHALL, A. *Princípios de economia*. São Paulo: Abril Cultural, 1982 (série Os economistas).
- MARX, K. *O Capital*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.
- MIGLIOLI, J. *Acumulação de capital e demanda efetiva*. São Paulo: T.A. Queiroz, 1982.
- MINSKY, H.P. *Estabilizando uma economia instável: a inclinação natural das economias de mercado, complexas e globais, em direção à instabilidade*. Osasco: Novo Século, 2013.
- PINTO, A. & FREDES, A. *Curso de economia: elementos de teoria econômica*. Rio de Janeiro: Fórum Ed., 1974.
- POSSAS, M.L. Para uma releitura teórica da Teoria Geral. *PPE*, Rio de Janeiro, 16 (2), pp. 295-308, ago. 1986.
- ROBINSON, J. *Contribuições à economia moderna*. Rio de Janeiro: Zahar, 1979 (vide esp. cap. 6).
- SAMUELSON, P. *Introdução à análise econômica*. Rio de Janeiro: Agir, 1975.
- STEWART, M. *Keynes*. Paris: Edition du Seuil, 1969.
- VASCONCELOS, M.A.S. & GARCIA, M.E. *Fundamentos de economia*. São Paulo: Saraiva, 2002.
- WALRAS, L. *Compêndio dos elementos de economia política pura*. São Paulo: Abril Cultural, 1983 (série Os economistas)